

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ESTUDO DE CASO DA ARACRUZ CELULOSE S/A

Marcelle Colares Oliveira

Maria Madalena de Angeli Crosley

Resumo:

O processo de inserção no ambiente internacional torna indispensável o atendimento de requisitos ambientais. A pesquisa busca responder os questionamentos: Como estão sendo evidenciadas as informações de natureza ambiental e como essas evidenciações estão evoluindo nas demonstrações financeiras da empresa Aracruz Celulose S.A. O objetivo geral do estudo é discutir a evolução da evidenciação das informações de natureza ambiental nas demonstrações financeiras da referida empresa. Partiu-se da hipótese de que, sendo a empresa pesquisada de grande porte, tendo ações negociadas nas Bolsas de Valores no Brasil e no exterior, ela vem evoluindo o grau de evidenciação de informações de natureza ambiental nas Demonstrações Financeiras anuais. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo. Foram pesquisadas as demonstrações financeiras impressas da empresa em estudo e seus relatórios ambientais publicados nas páginas da internet. Concluiu-se que a empresa somente divulga informações ambientais em relatórios específicos e muito subjetivos e que não quantifica nem tampouco divulga o passivo ambiental.

Palavras-chave:

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ESTUDO DE CASO DA ARACRUZ CELULOSE S/A

Marcelle Colares Oliveira
Universidade de Fortaleza
marcellecolares@fortalnet.com.br

Maria Madalena de Angeli Crossley
Universidade de Fortaleza

O processo de inserção no ambiente internacional torna indispensável o atendimento de requisitos ambientais. A pesquisa busca responder os questionamentos: Como estão sendo evidenciadas as informações de natureza ambiental e como essas evidenciações estão evoluindo nas demonstrações financeiras da empresa Aracruz Celulose S.A. O objetivo geral do estudo é discutir a evolução da evidenciação das informações de natureza ambiental nas demonstrações financeiras da referida empresa. Partiu-se da hipótese de que, sendo a empresa pesquisada de grande porte, tendo ações negociadas nas Bolsas de Valores no Brasil e no exterior, ela vem evoluindo o grau de evidenciação de informações de natureza ambiental nas Demonstrações Financeiras anuais. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo. Foram pesquisadas as demonstrações financeiras impressas da empresa em estudo e seus relatórios ambientais publicados nas páginas da internet. Concluiu-se que a empresa somente divulga informações ambientais em relatórios específicos e muito subjetivos e que não quantifica nem tampouco divulga o passivo ambiental.

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ESTUDO DE CASO DA ARACRUZ CELULOSE S/A

INTRODUÇÃO

O Compromisso permanente com o desenvolvimento sustentável faz com que cada vez mais seja exigido das empresas qualidade e transparência nas Demonstrações Financeiras, Sociais e Ambientais. A contabilidade tem um papel importante neste atual contexto mundial, pois ela é responsável pelas informações. Sobre desenvolvimento sustentável entende-se: “Desenvolvimento sustentável implica em usar recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou elimina-los, ou diminuir sua utilidade para gerações futuras” Ferreira apud Barone (2003 p.18). Implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destrua o acesso a eles pelas gerações futuras.

O presidente da empresa Aracruz Celulose, Carlos Augusto Lira Aguiar, disse em sua mensagem que as empresas vivenciam um novo ambiente de negócios, onde as demandas ambientais e sociais tornam-se tão relevantes quanto à produtividade, à qualidade do produto e a eficiência operacional (ARACRUZ, 2004). A competitividade das empresas passa a ser, cada vez mais, avaliada por sua sustentabilidade econômica, social e ambiental, dentro de uma visão de longo prazo do negócio. Este novo cenário demanda das empresas responsáveis ainda maiores cuidados e transparência nas prestações de contas de suas ações à sociedade.

Entre os temas discutidos no XV congresso Mundial de Contadores, em Paris, em 1997 e traduzidos por Franco (1999, p.26) estava a Contabilidade e o Meio Ambiente. O assunto despertou o interesse de muitos participantes do CMC e segundo ele vários pronunciamentos foram feitos, e o que foi dito pelo orador mais importante da França, Francis Mer, foi que as empresas que protegem o meio ambiente são bem vistas pelos investidores e consumidores, já havendo em alguns países, fundos especializados em investir em empresas que agem dessa forma. Haveria no futuro menos riscos que poderiam prejudicá-las no futuro. Ele defendeu sua idéia em quatro itens:

- a) contabilidade Verde;
- b) contabilidade de custos – a necessidade de padrão;
- c) Reconhecimento de ativos – necessidade de harmonizar práticas entre setores industriais e países;
- d) Criação de provisão para riscos ambientais – a necessidade de consistência.

Passaram-se sete anos e pelo menos para as empresas brasileiras a evidenciação de questões relacionadas com o meio ambiente nas demonstrações financeiras ainda não são de cunho obrigatório. De acordo com este contexto, escolheu-se para análise, uma empresa do setor de papel e celulose, a Aracruz S.A., que tem em suas operações atividades poluidoras e formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Como estão sendo evidenciadas as informações de natureza ambiental e como essas evidenciações estão evoluindo nas Demonstrações Financeiras da empresa?

O objetivo geral deste trabalho é discutir a evolução da evidenciação das informações de natureza ambiental nas demonstrações financeiras da empresa Aracruz Celulose S.A.

Partiu-se da hipótese de que sendo a Aracruz Celulose S.A., uma empresa de grande porte, que tem ações negociadas nas Bolsas de Valores do Brasil, de Madri e de Nova York, então ela vem evoluindo o grau de evidenciação de informações de natureza ambiental nas Demonstrações Financeiras anuais.

Como objetivos específicos, serão analisados os seguintes itens:

- a) Se os gastos ambientais são expressos monetariamente, ou seja, se são quantificados no relatório financeiro anual da empresa;
- b) Se o fato gerador, referente a gastos com preservação ou multas por degradação do meio ambiente é reconhecido pela empresa.
- c) Se a empresa divulga o passivo ambiental.
- d) Se existe divulgação de provisão para riscos ambientais.

Metodologia utilizada, do ponto de vista do objetivo da pesquisa, pode-se classificá-la como exploratória de caráter qualitativo. Do ponto de vista do delineamento pode-se classificá-la como bibliográfica e documental.

“A pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação do tema de trabalho; definir os objetivos; ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que tem em mente. Através das pesquisas exploratórias avalia-se a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado assunto.” (ANDRADE, 2003, P. 124).

Para cumprir o objetivo principal deste trabalho, que é analisar a evolução da evidenciação do relacionamento empresa/meio ambiente, foram pesquisados as demonstrações financeiras impressas e os relatórios ambientais da empresa Aracruz Celulose S.A. publicados em suas páginas na internet relativos aos três últimos exercícios.

1. O BRASIL E O MEIO AMBIENTE

Como estão sendo tratadas no Brasil as questões relacionadas com o meio ambiente? No Brasil a lei é dura e são vários os organismos envolvidos, dentre eles:

SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente;

M.M.A – Ministério do Meio Ambiente;

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente;

COEMA-CNI – Conselho Temático Permanente do Meio Ambiente (CNI-Confederação Nacional da Indústria);
FIEMG – Gerência do meio ambiente do Sistema;
COMPI/CNI – Unidade de Competitividade Industrial;
CONSUMA-ES – Conselho Superior pra Assuntos do Meio Ambiente; entre outros.

Considera-se licenciamento ambiental

“Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividade utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.” (Resolução 237/97 – CONOMA).

No Brasil, consideram-se órgãos licenciadores, entre outros:

- a) IBAMA;
- b) SEMACE;
- c) SEMAM – em Fortaleza – CE.

Com relação ao tempo médio para se conseguir uma licença ambiental, serão apresentados os depoimentos de grandes empresários brasileiros sobre a legislação ambiental no Brasil, motivo pelo qual, as Leis de natureza ambientais são tratadas como “duras”.

A Revista Exame no 09 de 12 de maio de 2004, trouxe uma pesquisa sobre o tempo para se conseguir uma licença ambiental, aqui no Brasil e em outros países. No Brasil geralmente o tempo esperado para adquirir uma licença ambiental é de 2 anos, nos Estados Unidos é de um ano, na Holanda, China e Argentina é de 6 meses, na Índia, Inglaterra e Noruega é de 5 meses.

No mesmo artigo, empresários reclamam que exigências ambientais exageradas bloqueiam bons projetos empresariais e emperram o crescimento do país e que as autoridades brasileiras estão dificultando a provação de projetos economicamente viáveis em nome de causas nobres.

Defender a causa verde é louvável, mas acontece que esta ação está, segundo empresários entrevistados, causando um prejuízo de 50 bilhões de reais e de 400 000 postos de trabalho. Num país que cresce a baixas taxas, média de 3% ao ano.

Um dos casos é o da Construtora Camargo Correia, a empresa apresentou o projeto da hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins. Os investimentos previstos são de 3,6 bilhões com geração de 30.000 empregos. Ainda não conseguiu a licença e já gastou 15 milhões em estudos de impacto ambiental e despesas com equipes que visitaram a região.

A duplicação da Rodovia Regis Bittencourt que liga São Paulo a Curitiba teve seu traçado da estrada alterado 11 vezes por conta da legislação ambiental.

A partir da nova administração, governo Luiz Inácio Lula da Silva o número de concessões ambientais caíram 25% no ano passado (REVISTA EXAME, 2004, n.9, p. 105).

O referido artigo da Revista Exame, cita vários outros projetos de grande porte parados devido à dificuldade de licença ambiental e a questão agora é a seguinte: como conciliar crescimento econômico com preservação do meio ambiente?

Apesar de todo esse rigor imposto pela legislação ambiental, informações dessa natureza ainda não são obrigatórias nas demonstrações financeiras das empresas.

1.1. A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI E A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nesta declaração de princípios a CNI propõe que as indústrias desenvolvam suas atividades comprometidas com proteção do meio ambiente, a saúde, a segurança e o bem-estar de seus trabalhadores e das comunidades. Neste sentido a CNI propõe que a indústria brasileira se empenhe em atender vários princípios, alguns deles listados a seguir:

- a) Promover a efetiva participação pró-ativa do setor industrial, em conjunto com a sociedade, os parlamentares, o governo e organizações não governamentais no sentido de desenvolver e aperfeiçoar leis, regulamentos e padrões ambientais;
- b) Promover a melhoria contínua e o aperfeiçoamento dos sistemas de gerenciamento ambiental, saúde e segurança do trabalho nas empresas;
- c) Promover a monitoração e a avaliação dos processos e parâmetros ambientais nas empresas. Antecipar a análise e os estudos das questões que possam causar problemas ao meio ambiente e a saúde humana, bem como implementar ações apropriadas para proteger o meio ambiente;
- d) Apoiar e reconhecer a importância do envolvimento contínuo e permanente dos trabalhadores e do cumprimento da supervisão nas empresas, assegurando que os mesmos tenham o conhecimento e o treinamento necessários com relação às questões ambientais, e vários outros princípios.

1.2. A INTERNACIONAL STANDARD ORGANIZATION - ISO 14.000/ISO 14.001 E O *ENVIRONMENTAL MANAGEMENT GUIDE*

As ISO 14.000/ISO 14.001 são normas de procedimentos ambientais. Para que uma empresa possa possuir este importante certificado de nível internacional é preciso que ela se comprometa a:

- a) Implementar, manter e realizar melhoramentos no seu sistema de gerenciamento ambiental;

- b) Assegurar-se de que seu comprometimento com a ISO, esteja de acordo com sua própria política ambiental;
- c) Demonstrar aceitação as regras impostas pela ISO;
- d) Procurar certificados para seu sistema de gerenciamento por outras organizações externas;
- e) Se submeter às leis e regulamentos ambientais;

2.0 PAPEL DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Exige-se da contabilidade informações ágeis e confiáveis. As empresas estão cada vez mais inseridas no mercado internacional, e espera-se que a contabilidade seja consolidada como a linguagem universal dos negócios.

Para Nasi apud Rosa (1999:21)

“O importante, na visão do profissional de contabilidade, é que ele deve participar ativamente desse processo, integrar-se as necessidades da empresa, quer como profissional vinculado, que como prestador de serviços de assessoria, consultoria e auditoria.”

2.1. A CONTABILIDADE E A GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A avaliação e o controle de ações relacionadas com o meio ambiente, assim como as tarefas de prevenção e recuperação de áreas degradadas, normalmente parte de profissionais de outras áreas que não a contábil. Normalmente esta é uma tarefa para engenheiros, químicos, biólogos com a finalidade de melhorar o processo produtivo, no que diz respeito ao controle e redução de emissão de resíduos.

Para Paiva (2001, P. 12) a não divulgação de informações qualitativas e quantitativas de forma tempestiva, por parte das empresas, quaisquer que sejam os motivos alegados, impossibilita a reflexão de como o meio ambiente pode impactar sua situação econômica.

Da contabilidade no papel de geradora de informações, do ponto de vista das interações com a natureza, o máximo que se consegue em termos de informações sobre as atividades empresariais são especulações pela imprensa, notas qualitativas nos relatórios e notas explicativas divulgadas pelas empresas.

Cabe a contabilidade a formulação de parâmetros de mensuração e registros que permitam o acompanhamento da convivência da empresa com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial de tal relação no decorrer do tempo. Essa afirmação é justificada pela função da contabilidade no tempo e na história, mesmo porque é a contabilidade quem efetua os registros dos eventos e transações econômicas das empresas através da abordagem sistêmica, gerando os relatórios onde tais informações estarão disponibilizadas.

2.2. AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E AS CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS.

Segundo Moura (2000, P.43), a avaliação do desempenho da empresa através do uso de dados contábeis é mais fácil. São números e de compreensão internacional, permitem uma avaliação mais fria e isenta do que simplesmente medir a satisfação do cliente, que é uma tarefa mais difícil. Além disso, a contabilidade permite uma medida dos resultados e não de intenções.

A contabilidade auxilia as pessoas responsáveis pela tomada de decisões, sendo imprescindível que os dados sejam utilizados com bom senso, após uma análise. Os economistas apontam que quase sempre os custos ambientais são diluídos em outros custos das empresas, quase sempre ligados a ineficiências e sugerem que a tarefa dessa mensuração deveria ser solicitada ao pessoal da contabilidade, que eventualmente pode não conhecer os termos e necessidades ambientais. Dessa forma, o gerente ambiental deveria conhecer um pouco do trabalho da contabilidade e falar essa linguagem, como forma de permitir um trabalho em equipe, com maior eficiência para a organização.

Por esse motivo deveriam ser utilizados os principais conceitos da contabilidade de custos e como os mencionados por Martins (1998): Gastos, Investimentos, Custos, Despesas, Desembolsos, Perdas, Lucro, Custos Diretos e Custos Indiretos.

2.3 – A CONTABILIDADE AMBIENTAL E OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Os postulados fundamentais que regem a contabilidade são o da ENTIDADE e o da CONTINUIDADE, que segundo Ferreira, 2003, p. 93:

ENTIDADE é “a unidade econômica tem controle sobre recursos, aceita a responsabilidade por tarefas e conduz a atividade econômica”. Este postulado afirma a autonomia patrimonial.

CONTINUIDADE diz respeito a “empreendimentos em andamento, até circunstância esclarecedora em contrário, e, como tais, seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que têm de gerar benefícios futuros para a empresa.”.

Além dos postulados, os princípios contábeis e as convenções complementam a teoria contábil. Ferreira (2003, p. 95) destaca alguns princípios relevantes e que tenham relação com o tema em questão, o meio ambiente.

- OPORTUNIDADE: as informações ambientais devem ser registradas e disponibilizadas no tempo oportuno para permitir ação ambiental de preservação do meio-ambiente, refletindo a integridade do patrimônio da entidade e suas mutações relativas aos impactos ambientais.

- REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL: os impactos ambientais devem ser registrados pelos valores originais das transações, expressos a valor presente na moeda do país.

- ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – O reconhecimento da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional é fundamental quando se tratar de registros de eventos econômicos que afetem o meio ambiente....
- COMPETÊNCIA: Os fatos geradores relacionados com o meio ambiente que resultarem em receitas ou despesas devem ser incluídos na apuração do resultado, nos períodos em que ocorrerem.
- PRUDÊNCIA: comumente, explica-se esse princípio afirmando: devemos registrar um menor valor para os componentes do ativo e maior para os passivos....
- CONFRONTAÇÃO: Devemos reconhecer as receitas juntamente com as despesas para sua obtenção... (alguns estudiosos consideram que o custo de degradação só deverá ser reconhecido quando os efeitos dela aparecerem)...
- OBJETIVIDADE: é preciso que seja possível medir fisicamente os impactos ambientais e depois seus efeitos.....
- MATERIALIDADE: os efeitos devem ser percebidos de forma aparente e forem economicamente mensuráveis....

2.4. CONTABILIZAÇÃO DE PASSIVOS

As obrigações da companhia são apresentadas no passivo exigível, que se subdivide em Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo. Manual das Sociedades por Ações (1995, p.342).

Para HENDRIKSEN (1999, p.409).

“Passivos são sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes. O patrimônio dos acionistas é o que sobra após subtrair passivos de ativos. Algumas das complicações envolvidas na aplicação da definição de um passivo na prática são ilustradas pelos contratos compensáveis unilateralmente e pelo financiamento fora do balanço.”

2.4.1. PASSIVO AMBIENTAL

O termo passivo ambiental está associado a danos ambientais, em muitos casos são usados como sinônimos. Tornou-se famoso depois de vários acidentes envolvendo grandes empresas. Porém nem todas as obrigações advêm dessa natureza. A execução de medidas preventivas para evitar impactos ao meio ambiente também geram um passivo ambiental. RIBEIRO (2000, p. 09).

2.5. A EVIDENCIAÇÃO

Paiva (2003, p.45), disserta sobre quais gastos ambientais evidenciar, quando e os motivos que eles devem ocorrer:

QUAIS GASTOS EVIDENCIAR: todos os gastos e as provisões efetuados com o meio ambiente devem ser evidenciados, assim como todas as situações

relacionadas diretamente com a natureza que possam vir a prejudicar os interesses dos acionistas minoritários ou representem riscos para a continuidade da empresa e da sociedade...

POR QUE EVIDENCIAR: o caráter global de grande parte das empresas sugere que as mesmas devam deixar transparecer um grau de preocupação e de amadurecimento elevados, demonstrando a existência de uma consciência ambiental desenvolvida. O processo de inserção no ambiente mundial torna indispensável o atendimento de requisitos ambientais, sendo a evidenciação a forma de torná-los públicos...

QUANDO EVIDENCIAR: a partir do momento em que haja a percepção do fato gerador, as atitudes da empresa deverão se materializar no sentido de interação com o meio ambiente, ou seja, ações devem ser postas em prática proporcionando a defesa, conservação e recuperação do mesmo. A postura antecipadora e de caráter preventivo passa a ser delineada, e toda e qualquer ação por parte da empresa deve ser revelada aos clientes atuais e potenciais, assim como os fornecedores e outros usuários das informações contábeis...

COMO EVIDENCIAR: neste caso, Paiva (2000,p.09) cita Martins e Ribeiro, revelando duas correntes de pensamento: “propõe a implementação de um novo relatório apenas às demonstrações contábeis, tratando somente de questões ambientais; e a outra sugere a inclusão destes dados nas atuais demonstrações mantendo o padrão já utilizado, mas apresentado contas e notas explicativas.”.

3. ESTUDO DE CASO – ARACRUZ CELULOSE S/A

A Aracruz Celulose é líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. A empresa responde por 30% da oferta global do produto destinado à fabricação de bens de alto valor agregado, como papeis sanitários, de imprimir e escrever, e especiais.

Sua operações florestais alcançaram os estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com aproximadamente 247 mil hectares de plantios de eucalipto intercalados, com cerca de 128 mil hectares de reservas nativas, que são fundamentais para assegurar o ecossistema.

O controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Lorentzen (28%), Votorantin (28% - participação adquirida da Mondi em 4 de outubro de 2001) e Safra (28%) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (12.58%). As ações preferenciais da empresa são negociadas nas bolsas de Valores de São Paulo, Nova York e Madri. Até 1995 a Aracruz era a única empresa brasileira a ter ações negociadas na Bolsa de Nova York.

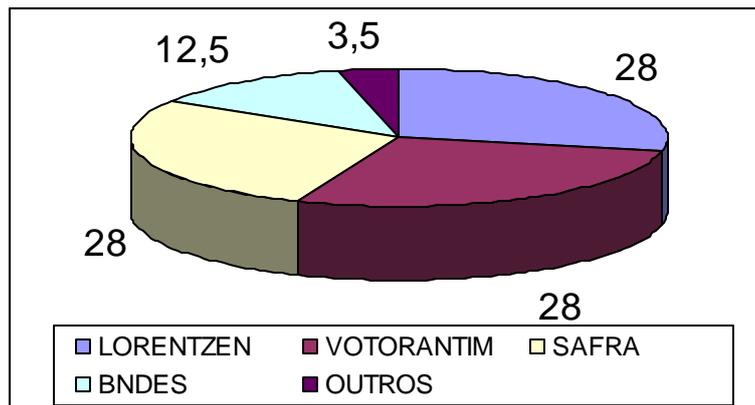


Gráfico 1 - Controle acionário da Aracruz Celulose S.A.

Fonte: www.aracruz.com.br/acionistas/ elaborado pelas autoras.

3.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Aracruz atua de maneira responsável e cumpre integralmente a legislação societária brasileira e os dispositivos das legislações estrangeiras aplicáveis as companhias que têm valores mobiliários listados nas Bolsas de Valores nos Estados Unidos e na Espanha, bem como as regras divulgadas pelas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), Nova York (NYSE) Latibex (Madri).

O modelo de Governança Corporativa segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, respeitando também os Estatutos da empresa. Os princípios que orientam o modelo de Governança Corporativa são: transparência, clara definições de funções, independência da administração, equidade de tratamento aos acionistas e prestação de contas.

A Aracruz tem políticas sobre meio ambiente, saúde e segurança, contribuições políticas, práticas anticompetitivas e relacionamento com fornecedores, além de normas sobre negociações e valores mobiliários de emissão da companhia por seus administradores, acionistas e controladores, membros do conselho fiscal e outros que tenham acesso à informação referente a ato ou fato relevante, adequadas ao previsto pela Comissão de Valores Mobiliários na Instrução CVM nº 358/02.

As práticas de Governança Corporativa adotadas voluntariamente pela Aracruz garantem-lhe a classificação de Companhia Nível 1, pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – Bovespa, desde abril de 2002.

A Aracruz também tem uma política de divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante, aprovada pelo Conselho de Administração, em consonância com o disposto na Instrução CVM nº 358/02.

3.2 DESEMPENHO AMBIENTAL

A Aracruz celulose é uma empresa que se encontra em franca expansão. A expansão gera empregos, riqueza e principalmente o aumento das exportações. Esses fatos ocorrem num momento onde as empresas precisam se adaptar às novas exigências de consumidores locais e também internacionais. Este novo

cenário demanda das empresas responsáveis, maior cuidado e transparência na prestação de contas de suas ações à sociedade.

A Aracruz celulose é uma das poucas empresas que detém um grande número de certificações ambientais:

ISO 9002 – DESDE 1993

ISO 9001 – DESDE 1995

ISO 14001 – DESDE 1999

ISO 9000 – VERSÃO 2000 – DESDE JULHO 2003

FSC – CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – 2001

CERFLOR – PROGRAMA BRASILEIRO DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL – 2001

HPR – CERTIFICADO DE RISCO ALTAMENTE PROTEGIDO DA FM GLOBAL – 2003

3.2.1. LICENCIAMENTO – Todas as operações da Aracruz são licenciadas e seguem os padrões da legislação ambiental brasileira, que está entre as mais rigorosas existentes, de acordo com especialistas.

3.2.2. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA ARACRUZ EM 2003:

a) A empresa mais ligada no setor de Papel e Celulose no ranking;

b) A Empresa mais Inovadora em Tecnologia da Informação no Setor de Papel e Celulose em 2003, pelo segundo ano consecutivo, em pesquisa realizada pela Revista Information Week Brasil;

c) Uma das empresas mais competitivas da América Latina em 2002, no segmento de papel e celulose, no levantamento realizado pela Revista América Economia, do grupo Dow Jones;

d) Prêmio destaque de Comércio Exterior/2003, na categoria “Responsabilidade Social”, concedido pela secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, a Associação de Comércio Exterior do Brasil;

e) Prêmio Qualidade de Exportação 2003, concedido por diversas associações do setor florestal com base no levantamento do MDIC;

f) Prêmio Aberj Nacional 2003, na categoria “MELHOR BOLETIM EXTERNO,” para a publicação Aracruz News. Na Etapa regional, a Aracruz foi vencedora nas categorias Boletim Externo (Aracruz News) e Intranet (Aacruz Net).

g) Prêmio Ecologia 2003, concedido pela Secretaria do Meio Ambiente (seama/lema) do Espírito Santo ao Lyptus, pelos esforços da empresa em obter um produto de alta qualidade de maneira sustentável.

h) E entre outros vários prêmios, o de “ Top Ser Humano 2003” da Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul para o modelo de gestão participativa implementado na RioCell, hoje unidade Guaíba da Aracruz.

3.3. DECLARAÇÃO DA ICF CONSULTING

No conceito de melhoria contínua, a Aracruz Celulose submete seu relatório social e ambiental a uma verificação independente e inclui a divulgação de novos indicadores.

A ICF Consulting, através de sua subsidiária ICF Consultoria do Brasil, foi contratada pela Aracruz Celulose S.A. para realizar uma verificação independente das metodologias e procedimentos utilizados para compilar e reportar as informações contidas no Relatório Social e Ambiental de 2003 e avaliar a confiabilidade dessas informações. Essa avaliação foi realizada no período de dezembro de 2003 a janeiro de 2004, na Unidade de Barra do Riacho (ES), na Unidade Guaíba (RS), na Aracruz produtos de Madeira (BA) e no escritório comercial da Aracruz (RJ).

A verificação realizada pela ICF Consulting foi estruturada sobre as políticas e procedimentos que a Aracruz Celulose S.A. mantém para o levantamento a análise das informações apresentadas no Relatório Social e Ambiental da companhia, e sobre o conhecimento das práticas utilizadas por outras empresas na elaboração de seus relatórios ambientais.

O trabalho do ICF não tem por objetivo avaliar as técnicas de mensuração e estimativa utilizadas pela companhia para a coleta das informações, centrando-se em uma avaliação de consistência e confiabilidade.

A ICF considerou satisfatórios os procedimentos de coleta, compilação e análise dos dados para elaboração do Relatório Social e Ambiental utilizados pela Aracruz Celulose S.A.

3.4. MULTAS AMBIENTAIS

Apesar de ser um modelo administrativo com relação ao meio ambiente e ter recebido vários prêmios, a Aracruz recebeu oito autuações ambientais em 2003, relacionadas a operações florestais, portuárias e destinação de resíduos. Todas as autuações foram contestadas pela empresas e aguardam decisão administrativa de primeira instância.

A empresa é parte de quatro ações judiciais na área ambiental, duas delas iniciadas em 2003. Essas ações relacionam-se a questões fundiárias (desapropriação), de licenciamento e arguição de inconstitucionalidade.

3.5. FATOS E NÚMEROS DE 2003.

- Sistemas de Controle de poluição atmosférica, caldeiras de baixo nível de odor, precipitadores eletrostáticos, incinerador de emergência para gases;
- Sistemas de controle de poluição das águas, tratamento primário, tratamento biológico, lançamento no mar através de emissários submarino a 1,7 km da costa.

- Aterros industriais de última geração para deposição de resíduos sólidos.
- Total do investimento em 2003: US\$ 300 milhões.

3.6. OBJETIVOS E METAS AMBIENTAIS PARA 2004.

Sistema de Gestão Ambiental:

- a) Manter os certificados ISO 14001 para as unidades Guaíba e Barra do Riacho e integrar os sistemas de gestão das duas unidades;
- b) Elaborar e aprovar o Plano de Sustentabilidade para a Aracruz, bem como o Plano de ação para implementá-lo;
- c) Manter certificação florestal CERFLOR para os plantios próprios da Bahia e FSC para as áreas florestais da unidade de Guaíba;
- d) Realizar Programa de Educação Ambiental para empregados das unidades de Barra do Riacho;
- e) Elaborar e aprovar o plano de certificação florestal Cerflor para os plantios próprios do Espírito Santo;
- f) Implantar na Unidade de Guaíba o novo banco de dados para o controle das avaliações de efeitos ambientais e legislação;
- g) Manter o programa de trilhas volantes com as comunidades da área de abrangência florestal, com o objetivo de divulgar o manejo florestal da Unidade de Guaíba.

3.6.1. SOBRE LICENCIAMENTO:

- a) Renovar todas as licenças ambientais com vencimento para 2004.
- b) Negociar com a Fepam-RS aumento da capacidade produtiva da unidade na Licença de Operação decorrente do projeto de desgargamento da produção;

3.6.2. SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- a) Elaborar um projeto piloto de obtenção de créditos de carbono provenientes de redução de emissões;
- b) Elaborar e divulgar o balanço de gases de efeito estufa nas operações da empresa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando responder a primeira questão elaborada para esta pesquisa de mostrar como estão sendo evidenciadas as questões de natureza ambiental e sua evolução pela empresa Aracruz Celulose S/A, constatou-se que a empresa realmente tem uma tradição na elaboração de seus relatórios ambientais, do qual estão acessíveis em suas páginas na internet. Tanto relatórios de exercícios anteriores, como planos para investimentos em meio ambiente em exercícios futuros.

De acordo com a hipótese levantada por esta pesquisa, de que sendo de grande porte e tendo ações negociadas em Bolsas de Valores no Brasil e no Mundo, a Aracruz S.A., evidenciaria questões de natureza ambiental em suas demonstrações financeiras, devemos refutar esta hipótese, pois a empresa não evidencia qualquer fato relativo a questões de natureza sócio-ambiental em seus relatórios financeiros anuais, mas elabora relatórios ambientais, como citado anteriormente, separadamente.

Vale ressaltar, que em alguns exercícios, houve alguns esclarecimentos a respeito de gastos ou investimentos em questões ambientais, mas apenas nas notas explicativas pela Diretoria da empresa. Ainda falta consistência e padronização.

Paiva (2003, p.101), que pesquisou várias empresas do setor de papel e celulose no Brasil e mundo, chegou a conclusão que o grau de evolução da cultura de divulgação ambiental no Brasil, ainda encontra-se em estágio extremamente incipiente. Todavia com relação à empresa Aracruz Celulose S.A., pode-se afirmar que a mesma elabora sofisticados relatórios ambientais ao final de cada exercício. Nesses relatórios, porém e já respondendo aos objetivos específicos analisados, constatou-se que:

- a) Os gastos ambientais não são quantificados nos relatórios anuais da empresa e apenas em algumas notas explicativas são revelados valores que serão investidos em exercícios futuros, como pudemos constatar com os planos da Diretoria para 2004.
- b) Com relação ao fato gerador, somente nos relatórios ambientais foram mencionados alguns fatos referentes a multas do qual a empresa esta recorrendo, mas não foi encontrado sequer um valor estimativo.
- c) Quanto ao Passivo Ambiental, assim como o fato gerador, nada foi quantificado ou demonstrado nas Demonstrações Financeiras anuais da empresa.
- d) Foram examinadas demonstrações financeiras dos exercícios de 2001, 2002, 2003 e não foi constatado nenhum item referente a provisões para riscos ambientais especificamente, há, porém, provisão para litígios e contingências.

Há de se concordar com os relatórios de (PAIVA, 2003, P.54), que embora existam plenas condições de evidenciação nos relatórios contábeis, quando eventos de cunho ambiental são divulgados, normalmente as empresas brasileiras o fazem de forma subjetiva ou parcial, inclusive a Aracruz Celulose S.A.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACRUZ PERFIL. Disponível em

http://www.aracruz.cim.br/web/pt/aracruz/aracruz_perfil.htm. acesso em 19 de maio de 2004.

ARACRUZ / aracruz – acionistas. Disponível em

http://www.aracruz.com.br/web/pt/aracruz/aracruz_acionistas.htm. acesso em 19 de maio de 2004.

BRASIL ORGANISMOS. Disponível em <http://www.sfipec.org.br/meioambiente/licenciamento.asp>. acesso em 18 de maio de 2004.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA INDÚSTRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em <http://www.sfipec.org.br/meioambiente/default.asp>. acesso em 20 de maio de 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade. 2ª ed. Brasília: 2000.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental, Uma Informação para o desenvolvimento Sustentável.** São Paulo:Atlas,2003.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na Era da Globalização.** São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** 5ª ed.São Paulo: Atlas, 1999.

INF 2003 / Aracruz Celulose. Disponível em http://www.aracruz.com.br/ra2003/inf_governança.htm. acesso em 19 de maio de 2004.

ISO 14001 – **Environmental Management Guide.** Disponível em <http://ISO14000-ISO14001-environmental-management.com/iso14001.htm>.

IUDÍCIBUS, Sergio;.MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto; **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 1998.

MOURA, Luiz Antonio Abdalla. **Economia Ambiental, Gestão de custos e Investimentos.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

PAIVA, Paulo Roberto. **Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.** São Paulo: Atlas, 2003.

REVISTA EXAME. **O imposto Verde,** p. 104 – 110, maio.2004.

RIBEIRO, Maisa. **Passivo Ambiental.** Revista Brasileira De Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2001. p. 8 – 19.

ROSA, Paulo Moreira. **A Contabilidade no Mercosul.** São Paulo:Atlas, 1999.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa.** São Paulo:Atlas, 2002.